



Governo Municipal
Oportunidade para Todos

Governo Municipal da Cidade de Embu das Artes
Secretaria de Educação

(11) 4785-3554/Fax: 4704-6185 • educacao@embu.sp.gov.br

PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

CATEGORIA 1 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E IGUALITÁRIA PARA TODOS

ROSIMARY MENDES DE MATOS
(Secretária de Educação)

LUCIA MARIA DE QUEIROZ FERREIRA
(Coordenação do Trabalho Direitos Humanos)

2006 -2010

Embu das Artes, 23 de junho de 2010.

PRÊMIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

CATEGORIA 1 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

POR UMA EDUCAÇÃO LIBERTADORA E IGUALITÁRIA PARA TODOS

“Os Direitos Humanos são respostas a toda tirania, ditadura, negação da vida, liberdade, solidariedade, justiça, respeito e amor.”

ROSIMARY MENDES DE MATOS
(Secretária de Educação)

LUCIA MARIA DE QUEIROZ FERREIRA
(Coordenação do Trabalho Direitos Humanos)

2006 -2010

Embu das Artes, 23 de junho de 2010.

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA	4
OBJETIVOS	5
METODOLOGIA	6
EMBASAMENTO TEÓRICO.....	10
POTENCIAL DE IMPACTO	14
RESULTADOS IMEDIATOS DO TRABALHO	15
SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO	15
BIBLIOGRAFIA	16

JUSTIFICATIVA

A concepção humana de educação construída ao longo desses anos de trabalhos, fez com que elegêssemos o tema de Educação em Direitos Humanos como uma faceta importante para a solidificação de uma sociedade mais democrática, que procura respeitar os direitos individuais e sociais dos cidadãos, sempre em busca da realização da paz.

A educação é um direito social e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no seu artigo 26, postula que a mesma deverá ser orientada para a construção da amizade, compreensão, respeito, tolerância e a paz. Nesse sentido, trabalhamos com pessoas, que não devem ser apenas consideradas como seres intelectuais, mas também sujeitos que tem cidadania, vivem em relação com outros sujeitos, e a proposta é que trabalhemos a internalização desses valores, que serão propostas de mais humanização no ambiente escolar, tendo em vista a formação plena da personalidade humana.

A proposta da Secretaria de Educação, desde 2005, quando já houve mesa de interesse no Seminário de Educação, daquele ano, foi que em 2006, 150 professores fossem despertados a participar de curso de formação, promovido pela USP, para que a partir de um interesse maior sobre a cidadania, democracia, buscássemos aprofundar esses estudos. A tarefa seria de multiplicar nos horários de trabalho pedagógico coletivo e em reuniões pedagógicas, as discussões, estudos de textos, que começasse a focar essa reflexão, essa discussão sobre os direitos humanos no espaço escolar. Por à roda os outros educadores foi o primeiro passo para abrir caminhos e colocar nos projetos da Escola, no Projeto Político Pedagógico a Educação em Direitos Humanos como foco a ser desenvolvido para uma formação cidadã envolvendo os nossos estudantes.

OBJETIVOS

- . Construir consciência acerca da cidadania que é antes de tudo “O Direito de ter Direitos”;
- . Refletir os Direitos Humanos acerca da amizade, respeito, compreensão, tolerância e paz;
- . Promover a dignidade humana, valorizando cada vez mais a dimensão do ser, secundarizando o ter e o poder;
- . Despertar consciência crítica contra toda forma de violência, que é violação aos direitos humanos, a qual deve ser severamente combatida;
- . Denunciar preconceitos, discriminações, elevando o valor da pessoa humana, resgatando sua dignidade e seu direitos;
- . Promover a vida humana, defendendo-a da violência, oportunizando atendimento e acompanhamento nos casos de violência explícita contra mulheres, crianças, adolescentes, deficientes.
- . Conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, seus princípios e direcionar a educação para a construção da amizade, respeito, compreensão, tolerância e a paz.
- . Oportunizar o conhecimento da Lei Maria da Penha, que tipifica a violência como crime contra a mulher e a família: violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial.
- . Discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois a cidadania já deve ser construída no início da vida humana, com respeito, proteção e cuidados especiais.
- . Valorizar as pessoas com deficiência, que têm seus direitos garantidos, pois suas diferenças devem ser respeitadas e sua dignidade reafirmada na comunidade escolar.
- . Envolver os professores na roda de conversa, debate e consciência de cidadania para que se tornem multiplicadores de conhecimento e cultura de paz no ambiente escolar.
- . Despertar em todos que fazem parte da Escola, da comunidade, sentimentos de respeito à vida, de justiça para com todos, amizade e paz.

METODOLOGIA

Após a formação realizada em 2006, com equipe de formadores da USP, tendo à frente o Professor José Sérgio Fonseca, em 2007, participamos de outro curso na USP, para que em 2008, lançássemos a proposta de realização do 8º Seminário de Educação, o qual teria como tema “Educação em Direitos Humanos”. Antes desse processo, realizamos oficinas e trocas de experiências, em 2008, para que os educadores já tivessem oportunidade de divulgar seus trabalhos, sobre as práticas de direitos humanos em nossa cidade. Muitos professores de nossa rede envolveram-se na construção do Comitê de Educação em Direitos Humanos, realizando a 1ª. Audiência Pública de Educação em Direitos Humanos, com a presença da Doutora e Profa. Stela Graciani, da PUC/SP, a qual dividiu a mesa com o advogado Dr. Luiz César Barão, da cidade de Campinas. Esse evento aconteceu na Câmara Municipal, dia 24/04/2008 com a participação da comunidade, educadores e membros do Comitê de São Paulo, das 14h às 17h.

O desfile cívico de 7 de setembro de 2008, evidenciou o trabalho dos Direitos Humanos, onde as escolas trouxeram temas ligados aos direitos sociais, individuais, de cada pessoa, temas ligados à democracia, liberdade, igualdade, solidariedade, paz, respeito, sempre acompanhados de belíssimas apresentações das fanfarras. As escolas já tiveram a oportunidade de apresentar o interesse pelo trabalho, de modo que as crianças, jovens, adultos, comunidade, tiveram a experiência, de na parada da paz, perceber a motivação dos educadores, da escola pelo tema ligado à cidadania plena.

Em outubro de 2008, precisamente nas datas 16 e 17 de outubro, foram realizadas as mesas de interesse do 8º Seminário de Educação, onde tivemos abertura com o Dr. Dalmo Dallari e encerramento com a Dra. Margarida Bulhões Pedreira Genevois “Dignidade da Pessoa humana e Direitos Humanos. Mesas de interesse para palestra e debate, com a Profa. Dra. Maria Stela Graciani, Projeto Político Pedagógico e Direitos Humanos; Pe. Jaime Crowe, “Educação para a paz”, José Sérgio Fonseca de Carvalho, “A Formação Escolar e os Princípios Éticos dos Direitos Humanos”. Prof. Dr. Nilson José Machado, “Cidadania e Pessoalidade” e Profa. da Rede Municipal de Embu das Artes, Lúcia Maria de Queiroz Ferreira, Direitos Humanos em Educação x Violência, membro do comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos e integrante da Equipe da Secretaria de Educação de Embu das Artes e a apresentação teatral Espetáculo sobre sonhos e esperanças, Arte Tangível, que aborda a questão da Educação de qualidade e libertadora ao mesmo tempo. A expressão artística é fundamental para vivermos

direitos humanos, onde a liberdade da pessoa também representa uma vivência do direito individual que nos prepara e amadurece para a vivências dos direitos sociais e coletivos.

A Secretaria de Educação de Embu das Artes utilizou a **formação** como disparador desse processo, onde o **prof. Dr. José Sérgio Carvalho Fonseca** deu sua enorme contribuição, propiciou-nos estudos aprofundados acerca do tema e introdução em nossas práticas escolares. A proposta era que os professores se tornassem multiplicadores, através dos horários de trabalho pedagógicos coletivos e reuniões pedagógicas, apreciando textos, filmes, fazendo debates sobre a necessidade de trabalhar temas ligados aos direitos humanos, em vista de promover mais conhecimento e construção de cidadania junto aos nossos estudantes.

Desde 2006, com a promulgação da Lei 11.340/2006, iniciamos em nossa rede de Educação, a divulgação, discussão da lei que visa proteger a mulher e a família de todas as formas de violências que sofrem, tendo em vista a participação na Rede de atenção às questões ligadas à vida doméstica de nossos estudantes, os quais muitas vezes, sofrem os terríveis efeitos da violência familiar, atrapalhando o desempenho de aprendizagem e crescimento humano. Em reuniões pedagógicas, horários de trabalho pedagógico, mês da mulher, dias de luta contra o preconceito, discriminação contra a mulher, consciência negra, semana dos direitos humanos, entre outros momentos, criamos situações didático-pedagógicas para abordar a lei, afirmando que é também papel da escola ensinar os princípios éticos que defendem e valorizam a vida contra toda forma de violência. Os resultados foram alcançados no sentido de muitas mulheres da comunidade ou estudantes das nossas escolas precisarem de apoio psicológico, jurídico, assistência social e a via foi o Centro de Referência da Mulher, que no governo de Embu, tem a tarefa de cuidar das questões de assistência, acompanhamento e solução dessa problemática social e de caráter público. Sempre foi fácil agendar encaminhamentos e acompanhamentos para aquelas, que a partir do trabalho feito nas escolas foram encorajadas a buscar ajuda. De uma vez por todas, aprendemos, enquanto educadoras, que a nossa luta é uma inserção social contínua, pois ensinar cidadania é também encorajar aquele que sofre violência a enfrentar a sua própria situação, sempre em busca de resgatar a sua dignidade, seu direito a viver uma vida sem violência, sem discriminação, sem medo. Divulgar a Lei Maria da Penha, no espaço escolar é uma questão de integrar no projeto pedagógico da Escola, ações que motivem a luta pela não violência, pela busca da paz e da justiça, tanto para as mulheres quanto para as famílias. Viver uma vida sem violência, é um direito humano, que precisa ser respeitado no universo de vida

das mulheres. Essa exigência é evidente no artigo 8º, incisos VIII e IX da Lei 11.340/2006. A Semana de Direitos Humanos foi feita, em 2008, nos dias 09 e 10 de dezembro, no auditório da Prefeitura de Embu das Artes, com a presença da Dra. Valdênia Paulino, a qual trabalha com Direitos Humanos em São Paulo, e a Dra. Sandra Batalha, envolvida na Casa Sofia, onde defende a causa das mulheres que sofrem violência doméstica. Valdênia Paulino abordou a questão dos princípios da Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Dra. Sandra, divulgou mais sobre a Lei Maria da Penha, a qual precisa ser conhecida e invocada para proteger as mulheres que são destruídas pelas multiformes violências que sofrem em sua própria casa. O advogado Dimitri Sales, da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, prestigiou-nos com uma palestra sobre a homofobia, discutindo a violência contra as pessoas homossexuais, que no Brasil, sofrem, além de muito preconceito, violências físicas, morais, entre outras, sendo discriminados de todas as formas. O então advogado, falou bastante sobre a democracia que deve permitir que as pessoas sejam diferentes, vivam suas diferenças, mas ao mesmo tempo tenha a igualdade nos direitos, na dignidade, pois são princípios fundantes dos direitos humanos.

As Conferências de Segurança Pública, em 2009, serviram também para motivar as discussões acerca da construção de cidadania, de paz, justiça, onde além de realizarmos a Semana de Segurança com Cidadania nas Escolas, reafirmamos a importância de nós educadores, estudantes e comunidade cumprir o papel social na tarefa de ensinar respeito, amizade, compreensão, tolerância, em busca sempre da paz em nosso espaço de trabalho, que é a escola. Participamos das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional, com o fim de trazer propostas de mais envolvimento na busca de justiça, de cidadania e não violência.

A Semana de Segurança com Cidadania foi motivada pela divulgação dos direitos humanos nas escolas, refletindo a construção de valores como amizade, respeito, solidariedade, tolerância, paz, onde no Centro Cultural Mestre Assis, da cidade de Embu, pudemos assistir ao filme “Escritores da Liberdade” e discutir as questões ligadas aos preconceitos, discriminações que geram tanta violência na sociedade. Com a participação dos professores, coordenadores pedagógicos, estudantes, além dessas discussões, vimos a questão da segurança pública, a qual exige cada vez mais a presença de policiais que realmente sejam cidadãos, que estejam para proteger, conquistar a confiança da população. Nas escolas as professoras realizaram debates, ouviram os estudantes, com a convicção de que também no ambiente escolar, o espaço

é muito adequado para que haja vivência dos direitos, possibilidades diversas de ampliar a cidadania plena, no sentido de conquista dos direitos, formação humana em outros aspectos da nossa vida, não só a intelectual, não só a letrada. Além disso, a segurança é feita com a garantia dos direitos humanos, onde haja educação, saúde, justiça, trabalho, ruas iluminadas, saneamento básico, meio ambiente respeitado, é isso que gera segurança. Lutar contra toda forma de violência, crimes sexuais contra mulheres, crianças, adolescentes, jovens, são formas de agredir a segurança pública, e nesse sentido, assegurar justiça são questões muito importantes para que o sentimento de proteção do Estado para com a população seja concreto, eficaz.

No segundo semestre em 2009, no Centro Cultural, sala Maria Clara Machado, na Escola Municipal Profª. Valdelice Ap. Medeiros Prass, realizamos evento sobre Direitos Humanos, com estudantes, professores, coordenadores e Diretores de Escolas (EM. Elza Marreiro Medina, EM. São Marcos, e dois Núcleos de Mova (Movimento de Alfabetização), onde com mais de trezentos participantes, realizamos um belíssimo debate, após as palestras feitas pelas professoras Lucia Maria de Queiroz Ferreira e Walquiria da Silva, acerca dos Direitos Humanos e da Educação de qualidade que todos precisamos construir juntos.

Em 2010, propomos um Concurso Municipal de Educação em Direitos Humanos, com o tema “LINGUAGEM E ARTE DOS DIREITOS HUMANOS”, a fim de envolver todos os estudantes matriculados em nossas escolas, Infantil, Especial, Fundamental I e II, EJA e Movimento de Alfabetização. A proposta é que além de ganhar certificados e medalhas ao final do processo, participem de uma bonita apresentação de teatro, música, dança, leitura de produções de texto, mensagens, exposição de desenhos e pinturas feitas pelos estudantes de todas essas modalidades, exposição dos projetos feitos pelas Escolas, para que ajudemos mais ainda nessa construção de conhecimento acerca dos Direitos Humanos em Educação. As crianças da Educação Infantil, Especial, farão desenhos e pinturas sobre os direitos humanos, fundamental I, escreverão mensagens com desenho, pintura: fundamental II, produção de texto com até no mínimo 20 linhas. EJA e Movimento de alfabetização, escrita de mensagem, de caráter poético. Ainda contamos com a participação dos professores, que deverão apresentar, publicar o projeto de trabalho coletivo, que fizeram em sua Escola, os quais também serão premiados com os estudantes. Seguirão metodologias diferenciadas, para que as faixas etárias sejam respeitadas, assistindo filmes que sejam convenientes e possibilitadores de diálogo, discussão, compreensão do tema ligado aos Direitos Humanos. Os mesmos sempre terão a

proposta de discutir os princípios de liberdade, igualdade, solidariedade, respeito, amizade, paz, dignidade da pessoa humana, etc. O Concurso ocorre nesse primeiro semestre de 2010, e terá seu encerramento em agosto, com apresentações diversas dos próprios estudantes e dos professores que também estarão protagonizando sua participação, onde divulgam as suas experiências como multiplicadores de conhecimentos e construção dos valores que sustentam uma democracia, educação e direitos humanos em uma sociedade em que realmente se respeita a cidadania de todos e todas que estão envolvidos na luta por direitos iguais.

EMBASAMENTO TEÓRICO

O trabalho foi todo direcionado a partir da discussão e reflexão acerca dos grandes princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Lei Maria da Penha, 11.340/2006, Estatuto da Criança e do Adolescente, filmes sobre o tema, bem como debates ligados a Educação de qualidade, projetos políticos pedagógicos, realmente atentos à construção da cidadania, da democracia, da ética, da solidariedade, do respeito, da paz, a fim de efetivar uma formação realmente humana, humanizadora no ambiente escolar.

A Profa. Rosimary Mendes de Matos, então Secretária de Educação de Embu das Artes, no 8º Seminário de Educação em Direitos Humanos, em suas falas afirma que o compromisso das Escolas Municipais é ser cada vez melhor, que os estudantes se sintam felizes, que ao longo desses anos, a administração tem procurado descobrir o melhor jeito de “encantar uma escola”. A Escola é a comunidade, é preciso garantir que estejam próximos, para que haja verdade nos direitos humanos, que eles saiam do papel e cheguem na concretude do cotidiano escolar. “Ninguém vai chegar sozinho lá na frente, pois na educação não estamos em uma maratona”. Que todos compreendamos que a educação é uma conquista coletiva!

A Profa. Rosimary, cita os temas dos Seminários anteriores 2001: Construindo a Qualidade Social da Educação; 2002: Escola: Convivência, Conhecimento e Sensibilidade; 2003: Construindo o Currículo de uma Escola para Todos; 2004: Valorizando a Vida: Educar é Humanizar; 2005: Educando para a Paz e Solidariedade; 2006: Construindo o Conhecimento no Tempo e Espaço de Todos; 2007: Respeitando o Espaço de Todos: Educar para a Sustentabilidade; e 2008: Direitos Humanos em Educação. A importância desses grandes seminários envolver todos os educadores, educandos, comunidade, profissionais que atuam na administração é para que possamos anunciar que a rede de educação de Embu das Artes tem

uma concepção de Educação Humana numa perspectiva Freiriana, pois entendemos e acreditamos que educar é um ato de Conhecimento; é um Ato Político, pois tem intencionalidade, criticidade, é inacabado. É um compromisso ético universal do ser humano – ser mais. É uma experiência estética que se eleva, pois todo homem e toda mulher é um ser de beleza, decência e pureza. É por essa razão que nos importa e não abrimos mão de valorizar cada cidadão: estudante, trabalhador da escola e familiares na construção do conhecimento e socialização dos mesmos. Lembramos ainda: ensinamos conhecimentos porque são patrimônio da humanidade, e ensinamos arte em nossas escolas, para que elas sejam bonitas, tragam prazer e encanto a todos que fazem parte da educação.

Contribuições do professor José Sérgio Carvalho, da USP, filósofo da Educação, o qual trabalha os conceitos de democracia, de formação do cidadão, e pauta suas discussões acerca da importância de ensinar cultura, conhecimento, para que herdemos sempre esses valores construídos pela humanidade. Nascemos com características naturais, que não precisamos fazer interferências sobre elas, mas ensinar alguém a respeitar outro, a ser solidário, a ser justo, são valores, são direitos humanos que não nascemos com eles, precisam ser aprendidos ao longo do nosso processo de aprendizagem, isso é o que nos faz ser cidadãos. O respeito e o amor pela vida, são valores, são atos de cidadania, mas também precisam ser ensinados, nesse sentido, é importante que façamos cada vez mais, formações humanas, que aprofundem o valor dos conhecimentos, da cidadania, para que nós sejamos cidadãos transformadores da realidade. Para que assim, possamos garantir que outros herdem de nós um mundo mais justo, melhor, mais humano. José Sérgio orienta que é muito fácil ensinar a capital de um Estado Brasileiro, ensinar uma equação de 2º grau para um estudante, mas não é tão fácil, nem tão simples, ensinar a ser compreensivo, a ser respeitoso, é nesse sentido que os Direitos Humanos precisam ter o seu lugar respeitado na Escola, porque a cidadania, há mais de 2.600 anos, foi tema extremamente importante na Grécia antiga, e hoje, também é necessário, ensinar cidadania, construir cidadania, viver cidadania.

Padre Jaime Crowe, com o tema Educação para a paz, cita que a Década da cultura da paz, nos ensina que só é possível ter paz, respeitando grandes princípios dos direitos humanos, como: **Respeito à vida, Rejeitar toda forma de violência, Ser generoso, Ouvir para compreender, e respeitar a terra.** orienta que quem respeita a vida, não mata sequer os bandidos, pois os delitos que eles cometerem devem ser punidos com justiça, com julgamento justo, com direito a advogado, pois tirando seus crimes, eles são pessoas, por isso não cabe a

nós matar! Que os direitos humanos propõem punição, uma vez que a falta de punição a quem comete crimes é também violência, violação dos direitos humanos. Toda violência, deve então, ser rejeitada. **Ser generoso** significa fazer algo com bondade, com amor, isso vai libertando as pessoas. **Ouvir para compreender o outro** é um ato humano que quem está na educação precisa fazer todos os dias, pois tirar algo do bolso e dá ao outro é fácil, agora, parar, ouvir e dar um conforto a alguém, é algo muito humano, muito cheio de mérito. **Respeitar a terra**, porque é nela que vivemos. Todas as formas de poluir de destruir a natureza são formas também violentas de destruir a vida da humanidade. A paz é uma luta de todos e de todas!

A Profa. Dra. Maria Stela Graciani fala sobre o projeto político pedagógico da Escola que deve abordar as questões ligadas aos preconceitos da sociedade, propor a cultura de paz, ensinar os valores como respeito, diálogo, sempre nas relações sociais, discutir a igualdade, pois somos iguais perante a lei, mas as desigualdades estão em todos os níveis da sociedade, e o que é que nós fazemos para mudar isso? O amor é uma questão muito séria. Muitos professores precisam lutar muito para serem valorizados, pois não adianta querer educar só com amor, é preciso ser valorizado, mas também sem amor, não se educa ninguém, porque lidamos com crianças, com jovens, com pessoas, que precisam acreditar nelas, sentirem-se bem no espaço escolar. A escola precisa dar prazer, para que o aprender seja possível. O processo de crescimento psíquico precisa andar de mãos dadas com a construção dos valores, respeito, amizade, compreensão, paz. O conhecimento, sensibilidade, afetividade, os Direitos Humanos, precisam estar sempre em sintonia, isso significa humanizar, fazer o outro se tornar uma pessoa.

Dra. Margarida Bulhões Pedreira Genevois, ao tratar a temática da dignidade da pessoa humana, afirma que somos únicos, irrepetíveis, que temos dignidade e nosso papel é sermos multiplicadores de justiça, respeito, de sermos úteis para criar idéias de mudanças. Professores são heróis e muitas vezes não são valorizados como deveriam! A dignidade da pessoa humana é a base de tudo que acreditamos, somos singulares. Mas também somos iguais, pois temos razão. A razão é um valor primordial, nós pensamos, temos raciocínio, memória, etc. Todo ser humano tem dignidade, ele é alguém que tem valor absoluto. A sua dignidade é valor incondicional, tem dimensão qualitativa. Ninguém é mais ou menos digno, ninguém tem mais ou menos direitos que o outro. Os direitos humanos independem de raça, cor, sexo, idade, orientação sexual, religião, região que nasceu, etc. Tem valor moral, tem valor ético, e por isso todos os cidadãos devem ser protegidos pelo Estado. O Estado existe por causa dos cidadãos e não o contrário. Isso é cidadania. Segundo o cristianismo, todos têm dignidade de ser filhos de Deus. Mas a dignidade está sendo desrespeitada nos muitos seres humanos que estão morrendo de fome, que

estão sofrendo violência, que não são tratados como pessoas humanas, é contra isso que nós lutamos, é para resgatar a dignidade que precisamos de militantes em direitos humanos.

A Profa. Lucia Maria de Queiroz Ferreira abordou a violência contra a mulher, contra a família, no sentido de buscar nos direitos humanos o respeito pela vida, pela dignidade da pessoa que é tão afetada pelas várias formas de violências: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Porém, não é possível enfrentar a violência sozinha, a mulher precisa de apoio, de ajuda, para resgatar sua auto-estima, livrá-la do medo, da opressão que carrega todos os dias em seu próprio lar. É uma falta de justiça tão grande, que só ouvindo-as em seus lamentos para compreender o porquê na prática muitas não conseguem sozinhas sair do caos em que vivem, pois a dependência financeira, psicológica, emocional e muitas vezes a opressão das ameaças que sofrem as impedem de posicionar-se contra a degradante e cruel tortura que sofrem. As estatísticas de violência contra a mulher no mundo e no Brasil são muito altas, porém ainda longe de serem as reais, pois não se tem atendimento a todas as ocorrências e bem menos ainda se efetiva a justiça nessa causa da violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha, 11.340/2006 surge como uma proposta de resgatar a dignidade da família, das mulheres que sempre sofreram os ultrajes e os preconceitos de frases que balizavam a violência como: “Mulher apanha porque gosta!”, “Mulher apanha porque merece” ou ainda “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher!”. É um demonstrativo de como a tortura, como a violência é legitimada de forma ilegítima, tolerada de forma intolerável, e a saída, para nós que somos educadores é acolhermos a proposta dessa lei, trazendo para a escola, para o projeto pedagógico conscientizar a todos da comunidade, estudantes, professores, que somos seres humanos, dignos, que merecemos respeito, temos direito a viver uma vida sem violência, que a vida feliz começa quando a violência termina, ensinando valores éticos, morais, conscientizando para que todos jamais aceitem passivamente essa morte lenta, porque somos livres, devemos conquistar a igualdade e a solidariedade é possível onde reinar a justiça. É antes de tudo uma tarefa de conhecimento, conscientização e luta, militância pelos direitos humanos.

Outra grande atividade foi a apresentação do Teatro “Espetáculo sobre Sonhos e Esperança”, Arte Tangível, onde o público presente foram os jovens e adultos que estudam na Educação de Jovens e Adultos e Movimento de Alfabetização, bem como os professores, educadores da nossa Rede de Educação.

Foi uma abordagem muito interessante do valor da educação, da democracia, da cidadania, da importância do sonho, da busca incansável pela qualidade da educação social que

dialoga, respeita e deve ter como meta a libertação de toda forma de alienação no processo de aprendizagem de seus estudantes.

POTENCIAL DE IMPACTO

O que já conseguimos foi despertar em muitos colegas de trabalho a importância do tema, envolvendo-os nas discussões, oportunizando estudos nas salas de aula, atividades ligadas diretamente à construção desses valores, ensinando às crianças, jovens, adultos, o diálogo sempre construtivo, dando-lhes acesso à arte, cultura, conhecimentos, construção de consciência, de cidadania, enfim, de espírito mais crítico, construtivo, criativo, no que diz respeito a uma Escola mais dinâmica, mais feliz, mais libertadora, mais cidadã.

A realização de semanas sobre segurança, sobre direitos humanos, sempre atrai a atenção e participação dos estudantes, demonstram interesse em saber mais, ficam atentos, envolvidos, porque têm a percepção de que suas vidas são muito maiores que somente aprender a ler e a escrever.

Continuar as discussões, realização de seminários, oficinas, trocas de experiências entre os educadores, com o fim de animar mais ainda o processo e redefinir sempre objetivos possíveis de alcançar, ao mesmo tempo em que sejam inovadores, dinâmicos e transformadores.

Apresentar os trabalhos feitos em nossas escolas, divulgá-los como construções importantes que devem continuar, pois representam a efetivação da consciência que temos em nossos direitos, lutar para que cada um se torne realidade e onde cada escola seja um espaço de transformação, de diálogo, amizade, respeito e paz, eliminando toda forma de preconceito, discriminação e toda forma de violência que possa violar qualquer um dos direitos humanos.

RESULTADOS IMEDIATOS

Ao longo dos primeiros anos conseguimos mobilizar vários professores, escolas, para que começassem a despertar o interesse dos outros colegas, introduzindo os temas referentes aos direitos humanos, desbravando espaços nas reuniões pedagógicas, horários de trabalhos pedagógicos coletivos e em alguns casos em reuniões de pais, principalmente nas instituições públicas onde as crianças são muito pequenas e os responsáveis é que devem garantir seus direitos.

Outra grande conquista foi a participação de todos no 8º Seminário de Educação, no ano de 2008, onde conseguimos trazer muitos e importante profissionais que militam Direitos

Humanos em suas vidas, contribuindo e muito na formação dos nossos professores, comunidade, estudantes, no sentido de que a via que escolhemos para deslançar o processo foi enriquecido por muitos lutadores da área em questão.

Evidenciamos também a grande conquista de transmitir esperança para muitas famílias, incentivando as mulheres a lutarem contra a violência doméstica e atrair a atenção de muitos educadores no sentido de que sua profissão é muito maior e mais que ensinarem a ler e a escrever, pois a militância pelo direito social à educação de qualidade é uma luta de todos e de todas.

Outro grande élan que nos motiva a lutar pelo ensino de direitos Humanos é que a Educação para a vivência dos valores como respeito, amizade, compreensão, paz, tem sido constantemente trabalhado pelos nossos professores em sala de aula, o que demonstra compromisso, respeito e confiança na proposta de educar com humanização e respeito por todos e todas que fazem parte do ambiente escolar, o qual é privilegiado espaço de convivência humana.

SUSTENTABILIDADE DO TRABALHO

Para que o trabalho de Educação em Direitos Humanos continue em nossa Rede Municipal de Educação, é preciso que continuemos a despertar o interesse pela discussão, pela reflexão, pela construção de consciência, e enfim de envolvimento na prática pedagógica. Esse é o intento, de que continue com mais vigor, ânimo, vontade, como tem demonstrado até agora. As Escolas têm sempre feito atividades que demonstram cuidado especial com a arte, com a diversidade cultural, com o meio ambiente, com as crianças e adolescentes, com a pessoa com deficiência, com o conhecimento e a cultura, com o processo de formação ética e política de cada estudante, isso é a garantia efetiva de que os direitos humanos estão sendo respeitados em nossas escolas, à medida que favorecemos a sua implantação. Crianças, jovens e adultos que se sentem bem em nossas escolas, são sujeitos que dão testemunho que estão felizes conosco. A continuidade do trabalho é, portanto, uma questão de perseverança, de engajamento e de politização de uma educação, nunca neutra, mas sempre libertadora e humanizadora.

Continua vivo o projeto de manter a formação, sendo uma meta permanente, pois sempre teremos profissionais que precisarão do conhecimento, da motivação, e da inserção social para fazer na sua prática pedagógica o Projeto de Educação em Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA

- BAIERL, Luzia Fátima – MEDO SOCIAL: da Violência Visível ao Invisível da Violência. São Paulo. Cortez, 2004.
- DALLARI, Dalmo de Abreu, Janusz Korczak; O Direito da Criança ao Respeito. São Paulo Summus, 1986.
- DORNELLES, João Ricardo W. O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).
- PÉREZ SERRANO, Glória – EDUCAÇÃO EM VALORES. Como educar para a Democracia; Trad. Fátima Murad. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2002.
- TRINDADE, José Damião de Lima. HISTÓRIA SOCIAL DOS DIREITOS HUMANOS. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- MONDAINI, Marco. DIREITOS HUMANOS. São Paulo: Contexto, 2006.
- CULTIVANDO VIDA, DESARMANDO VIOLÊNCIAS: Experiências em Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Cidadania com jovens em situação de pobreza. MARY CASTRO. Et alii Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001